


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

 Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº:	1000654-33.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título
Embargante:	DIGMOTOR EQUIPAMENTOS ELETRO MECANICOS LTDA
Embargado:	Banco Bradesco SA

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**
RELATÓRIO
DIGMOTOR EQUIPAMENTOS ELETRO MECÂNICOS DIGITAIS

LTDA opõe embargos à execução que lhe move **BANCO BRADESCO S/A**. Sustenta (a) que o título executivo não se reveste dos requisitos da liquidez e certeza, pois tem origem em outros contratos bancários renegociados, nos quais foram aplicados juros sobre juros (b) que o contrato possui garantias fiduciárias que são suficientes para a quitação do débito, devendo ser primeiro executados tais bens da devedora principal para somente após ocorrer a penhora de bens em nome dos demais executados (c) há, nesse concernente, o benefício de ordem do art. 827 do CC. Sob tais fundamentos, requerendo a intimação do embargado para apresentar os instrumentos contratuais dos contratos que originaram o débito em execução, pede (a) perícia judicial para "apurar o real valor devido, excluindo todos os juros e taxas cobrados indevidamente" (b) após a perícia judicial, em sendo constatada a divergência entre o valor executado e o realmente devido, o acolhimento dos embargos com a extinção da execução diante da ausência de liquidez e certeza da obrigação.

O embargado apresentou impugnação (fls. 23/30) na qual pede (a) o indeferimento da inicial ante o descumprimento do art. 285-B do CPC (b) o indeferimento da inicial ante o descumprimento do art. 736, parágrafo único do CPC (c) o não conhecimento da alegação de excesso de execução ante o descumprimento do art. 739-A, § 5º do CPC (d) a rejeição dos embargos uma vez que o título executivo reveste-se dos atributos da liquidez, certeza e exigibilidade.

O processo foi saneado (fls. 76), afastando-se as preliminares concernentes ao art. 285-B, ao art. 736, e ao art. 739-A, todos do CPC, e determinando-se ao embargado que, no prazo de 30 dias, apresentasse cópia de todos os contratos referentes às dívidas novadas.

O embargado apresentou os contratos que tinha em seu poder (fls. 81/86; 87/105), sobre os quais manifestou-se a embargante (fls. 108).

FUNDAMENTAÇÃO
Julgamento Antecipado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

 Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Julgo o pedido na forma do art. 740 c/c art. 330, I, ambos do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Salienta-se que o juízo, pela decisão de fls. 76, determinou ao embargado que trouxesse aos autos os contratos que deram origem ao título executivo. O embargado apresentou vários contratos e, quanto a alguns, explicou a razão pela qual não tem como cumprir a ordem judicial (fls. 81/86), apresentando porém as informações necessárias e de que dispõe. A embargante, intimada a manifestar-se, não protestou, aceitando, tacitamente, a justificativa do embargado. Não poderá, pois, insurgir-se contra a apresentação – justificadamente – incompleta dos documentos.

A prova pericial contábil é desnecessária, uma vez que para a solução da lide basta a interpretação das cláusulas do contrato à luz do direito positivo (TJSP, Ap. 1.351.114-5, 14ª Câmara de Direito Privado, Carlos Von Adamek, j. 06.10.06), motivo pelo qual fica indeferida (art. 130, CPC).

Sobre a questão, também se deve ponderar a multiplicidade de soluções jurídicas que, em tese, se apresentam possíveis no caso - excluir-se este ou aquele encargo, esta ou aquela cobrança, reduzindo-se os juros remuneratórios a determinado patamar etc. - soluções que podem ser adotadas cumulativa ou alternativamente; sob tal premissa, a perícia ganha enorme complexidade e custo, pois o perito teria que proceder a inúmeros cálculos do valor devido, considerando cada hipótese, sendo que boa parte ou a maioria, ao final, seria descartada, resultando em trabalho desnecessário para o *expert* e custo econômico maior para os litigantes.

A economia processual recomenda, então, que primeiramente a questão jurídica - que independe de cálculos - seja solucionada com foros de definitividade; oportunamente, após o trânsito em julgado da sentença, e caso surja alguma polêmica sobre a memória de cálculo que o credor venha a apresentar, aí sim, será adequado exame pericial para apurar se há ou não excesso de execução.

Verifica-se que ao assim proceder o juízo assegura que a perícia - meio de prova dispendioso e que alonga o andamento do feito - somente seja realizada caso realmente necessário, tudo com o objeto de se imprimir celeridade ao feito, atendendo ao comando inscrito no artigo 5º, inciso LXXVIII da CF.

Garantias Fiduciárias

A leitura do instrumento contratual, fls. 41 e ss., mostra-nos que, ao contrário do alegado pela embargante, as garantias fiduciárias não devem ser executadas primeiramente. Não há benefício de ordem. E os devedores, pessoa jurídica e pessoa física, são devedores solidários. Não prosperam as alegações nesse concernente.

Liquidez e Certeza do Título Executivo

O instrumento contratual, fls. 41/54, subscrito por duas testemunhas,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

expressa obrigação líquida e certa, assim como exigível.

O valor devido foi expresso em moeda corrente, 42, e a forma de se calcular o débito, com a indicação dos encargos incidentes, está exposta no contrato de maneira cristalina.

Objeto do Julgamento – Revisional – Descabimento de Prestação de Contas

O pedido inicial veicula verdadeira pretensão de prestação de contas, absolutamente incompatível e inadequada aos embargos à execução.

Observamos que, de maneira vaga, genérica e indeterminada, pede a embargante perícia judicial para "apurar o real valor devido, excluindo todos os juros e taxas cobrados indevidamente", sem sequer indicar – salvo a capitalização dos juros, mais a frente abordada – quais seriam as abusividades concretas.

Na verdade, ao se postular uma perícia para "apurar" as ilegalidades, o que pretende a embargante é, em realidade, uma prestação de contas.

Só que a pretensão de que a outra parte preste contas deve ser deduzida pelo instrumento processual adequado, qual seja, a ação de prestação de contas.

Isso não se deu no caso em tela.

Os embargos à execução são inadequados a tal pedido.

Frise-se que sequer houve demonstração mínima a propósito de qualquer situação que justifique a realização de dispendiosa apuração da cobrança e da evolução do saldo devedor, considerados todos os contratos celebrados. Não houve impugnação de nada, em específico. O pedido genérico é frágil por natureza.

Os embargos admitem o pedido revisional, isto é, que a embargante identifique as cláusulas abusivas e peça a declaração de nulidade ou a sua revisão.

Nesse sentido, no caso em tela, da leitura da inicial verifica-se que a embargante impugna a capitalização dos juros.

Isso constituirá, efetivamente, objeto de julgamento.

Outras cláusulas não podem ser analisadas (Súm. 381, STJ).

Código de Defesa do Consumidor

A relação em exame não autoriza a aplicação das normas do CDC, uma vez que embora deva a instituição financeira ser considerada fornecedora dos serviços bancários e creditícios, a sociedade empresária que recebeu o crédito não se enquadra no conceito de consumidor, trazido no artigo 2º do código, uma vez que não adquiriu ou utilizou o dinheiro/crédito como destinatário final, mas sim como insumo reaplicado em sua atividade empresarial (como investimento, pagamento de pessoal, pagamento de dívidas, aquisição de mercadorias, entre outras possibilidades). O dinheiro, no caso, foi incorporado à cadeia produtiva.

Outros fundamentos para essa conclusão podem ser vistos nos seguintes precedentes, ambos do TJSP: Ap. n. 995.727-1, 11ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Antonio Carlos Vieira de Moraes, 29.06.06 - V.U; AI 7.092.449-9, 20ª Câmara de Direito Privado, rel. Correia Lima, 07.11.06.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Capitalização dos Juros Remuneratórios

Os juros, em contratos celebrados após 31.03.2000, podem ser capitalizados, se houver previsão contratual.

Isto decorre da edição da MP nº 1.963-17/2000, atual MP nº 2.170-36/2001, que permitem a capitalização. O STJ vem aplicando e reconhecendo a validade dessas medidas provisórias (AgRg no REsp 908.910/MS; REsp 697.379/RS; AgRg no REsp 874.634/RS).

Observamos, seja pelas datas indicadas às fls. 42, seja pelo contido às fls. 81/105, que todos os contratos em discussão, inclusive aqueles que deram origem ao título executivo, foram celebrados após tal medida provisória.

Quanto à "previsão contratual" da capitalização, considera-se presente desde que a taxa de juros anual indicada no contrato seja superior ao duodécuplo da mensal (REsp n. 973827/RS: repetitivo).

No caso específico, não houve a demonstração nem se verifica, no exame dos contratos, qualquer abusividade, à luz dos parâmetros acima.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, REJEITO os embargos à execução; CONDENO a embargada nas custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 08 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**